

# Análise do plano diretor municipal de Limoeiro-Pernambuco face os problemas ambientais urbanos às margens do rio Capibaribe

## Analysis of the master plan in municipal Limoeiro-Pernambuco face the margins to urban environmental problems River Capibaribe

João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão<sup>1</sup>

### Resumo

Situado no agreste pernambucano, com uma população de 55.574 habitantes (IBGE, 2010), o município de Limoeiro tem 1,85% de sua área situada em regiões banhadas pela bacia hidrográfica do rio Capibaribe (APAC, 2012), a qual tem seu curso principal cortando o centro urbano desse município, sendo utilizado para irrigação de pequenas propriedades agrícolas, abastecimento urbano da sede municipal e a recepção do esgotamento sanitário da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEOIRO, 2006), o que materializa uma realidade paradoxal. Dados do Plano Diretor de Limoeiro (2006) indicam uma incidência de 25% da população com preocupações quanto à infraestrutura da rede de saneamento que ainda hoje é despejada *in natura* no rio Capibaribe. Este trabalho teve como objetivo, verificar em que medida a complexa realidade do rio Capibaribe, com ênfase nos problemas socioambientais na cidade de Limoeiro-Pernambuco, vem sendo abordada no Plano Diretor desse município. A inexistência de estruturas de gestão como o Conselho Municipal de Meio Ambiente, fundos de investimentos, infraestrutura de saneamento e tratamento de resíduos sólidos e ações integradas de gestão ambiental participativa, adia a melhora do quadro apresentado. São questionadas as alternativas apresentadas para o quadro socioambiental do rio Capibaribe, mediante as atuais ferramentas de gestão desse município, com destaque ao Plano Diretor. A análise desse documento em relação a atual configuração do rio Capibaribe na cidade de Limoeiro comprovou que o aparato não contempla todas as problemáticas relacionadas ao rio no espaço local, bem como não fornece alternativas viáveis para resolução dos problemas enfrentados pelas populações ribeirinhas. As ações do documento encontram-se estagnadas, com exceção da atual reforma do sistema de abastecimento de água da cidade.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Geografia; Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE; Endereço: Avenida Professor Moraes Rego, 1235, Centro de Filosofia e Ciências Humanas - 6º andar, Departamento de Ciências Geográficas, Cidade Universitária, CEP: 50670-901, Recife, Pernambuco, Brasil; E-mail: [jp-aragao@bol.com.br](mailto:jp-aragao@bol.com.br)

Este trabalho foi resultado da análise do Plano Diretor Municipal, de observações de campo em paralelo à pesquisa de dados e informações em órgãos de pesquisa e de análise bibliográfica.

**Palavras chave:** rio Capibaribe; Limoeiro; Plano Diretor Municipal; problemas socioambientais.

## **Abstract**

Located in the rural area of Pernambuco, with a population of 55,574 inhabitants (IBGE, 2010), the county of Limoeiro has 1.85% of its area located in regions surrounded by basin river of Capibaribe (APAC, 2012), which has its main course crossing across the urban center of the town, and it is used for small farms irrigation, for urban water supply for the Municipal Government Seat and for the treatment of the town drainage system (THE LIMOEIRO MUNICIPAL CITY COUNCIL, 2006), which materializes a paradoxical reality. Data of Limoeiro master plan (2006) indicates a rate of 25% of the population demonstrating concern in relation to the infrastructure of the sanitation network that nowadays is poured “in natura” in the Capibaribe river. This study aimed to verify what measures are being taken in the Limoeiro master plan regarding the complex reality of the Capibaribe river, with emphasis to the socio-environmental problems in town. The lack of management structures as the Municipal Council of Environment, investment funds, sanitation infrastructure, the treatment of solid residue and integrated actions of participatory environmental management postpone the improvement of the scenario showed. The alternatives presented for the socio-environmental situation of the Capibaribe river are questioned, regarding the current management tools of this county, with emphasis to the Master Plan. The analysis in this document regarding the current configuration of the Capibaribe river in the city of Limoeiro proved that the instrument does not contemplate all the problems related to the river in the local area as well it does not provide feasible alternatives to solve the problems faced by riverside populations. The actions of the document are stagnant, except for the current reform of the city’s water supply. This work was the result of the analysis of the Master Plan, field observations in parallel to the research data, information on research institutions as well as literature review.

**Key words:** Capibaribe river; Limoeiro; Master Plan Municipal; social-environmental problems.

## Introdução

A bacia hidrográfica do rio Capibaribe ocupa uma área de cerca 7.454,88 km<sup>2</sup> (SRHE, 2010) e está totalmente localizada no estado de Pernambuco. Com a nascente na serra do Jacará entre os municípios de Jataúba e Poção, esse rio integra o semiárido e a zona da mata representa um nexo entre regiões e acima de tudo, espelha os problemas e carências da área, seja em termos de infraestrutura, seja em termos de perspectivas econômicas e sociais. O uso dessa bacia encontra-se voltado às atividades de pesca, agricultura irrigada, turismo e abastecimento urbano.

Limoeiro é um dos 26 municípios que possui sede urbana cortada pelo rio Capibaribe, possuindo 1,85% da área de drenagem da bacia (SRHE, 2010). O rio Capibaribe possui grande importância na gênese do município de Limoeiro, estado de Pernambuco. Desde os primórdios, da data do surgimento da primeira aglomeração urbana no que viria a se constituir o atual município, que a sua base econômica produtiva esteve atrelada a esse curso d'água.

A partir da análise do Plano Diretor desse município, com ênfase nas questões socioambientais ligadas ao rio Capibaribe, questionou-se em que medida a complexa realidade do rio Capibaribe, com destaque aos problemas socioambientais na cidade, vem sendo abordada no Plano Diretor de Limoeiro, instigando sobre as reais possibilidades de mudança e superação dos problemas enfrentados, tais como os riscos das populações ribeirinhas face às enchentes e a poluição do rio Capibaribe. O objetivo deste trabalho foi, por sua vez, o de avaliar o Plano Diretor de Limoeiro no que tange aos problemas socioambientais relacionados

ao uso das margens e do rio Capibaribe na cidade.

Para tanto, utilizou-se o conceito de paisagem e espaço enquanto ferramentas teóricas para análise dos problemas socioambientais. Em seguida, fez-se uma caracterização geral do rio Capibaribe e seus usos na cidade; e, por fim, é exposta a análise de como os problemas são tratados no plano diretor, questionando as reais possibilidades de transformação ou não do quadro analisado.

A análise buscou subsidiar ações integradas de gestão ambiental adequadas com as particularidades da sociedade local e com os limites de suporte das margens e do rio Capibaribe. Em gabinete, fez-se a análise do Plano Diretor do Município com vistas a ponderação de sua eficiência, mediante as contradições identificadas no arranjo socioambiental composto, resumidamente, pelo estrato natural do rio Capibaribe e as diferentes formas de apropriação social consolidadas sobre suas margens desse rio na cidade de Limoeiro. Ressalta-se que o Plano Diretor é exigido, conforme o Estatuto das Cidades, Lei N<sup>o</sup> 10.257, de 10 de julho de 2001<sup>2</sup>, Art. 41 para todos os municípios com mais de vinte mil habitantes. Limoeiro com 55.574 habitantes (IBGE, 2010) e possui seu plano diretor desde o ano de 2006.

O trabalho de leitura ocorreu paralelamente às análises e vistorias de campo. A observação analítica e descrição da configuração ambiental do rio Capibaribe subsidiaram o entendimento crítico das discrepâncias existentes entre o Plano Diretor

---

2 O Estatuto da Cidade prevê, entre suas diretrizes gerais, o cumprimento do direito a cidades sustentáveis, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, o estabelecimento de normas especiais de urbanização, considerando o contexto socioeconômico da população e as normas ambientais do local.

Municipal e a situação contemplada *in locu*. A argumentação teórica teve como base a revisão de textos referentes à gestão ambiental pública e à gestão dos recursos hídricos. Conceitos relevantes para o trabalho como “paisagem”, “espaço” e “gestão ambiental” também foram pesquisados em referencial bibliográfico específico.

O emprego dos dados estatísticos secundários a partir de fontes como o IBGE, APAC e SRHE contribuiu para auxiliar a análise dos problemas socioambientais sobre o rio Capibaribe. O material fotográfico ilustrou a situação atual desse curso d’água, bem como serviu de instrumento para a compreensão espaço temporal dos problemas que compõem a paisagem e o espaço da cidade de Limoeiro (PE).

Concluiu-se que os problemas socioambientais nas margens do rio Capibaribe na cidade de Limoeiro, são resultantes da falta de uma política pública de qualidade para o controle da acessibilidade e exploração do espaço urbano pelos capitalistas imobiliários. As formas organizadas e desorganizadas de ocupação de margens fluviais demonstraram-se diferentes quanto ao poder do agente controlador e ao apoio do Estado, que tem se posicionado em silêncio em face da atuação onipresente do capital.

### **Paisagem e espaço: ferramentas para o entendimento dos problemas socioambientais**

Analisar a paisagem é um ponto de partida para compreender a produção do espaço em toda sua complexidade. A paisagem apresenta através de suas formas artificiais e naturais, visíveis ou não, importantes indícios sobre a reprodução do espaço, sendo forçoso pontuar seu conteúdo temporal. Diferenciar

a paisagem do espaço é, portanto, uma tarefa tanto quanto desafiadora, porém, necessária para compreensão do objeto aqui analisado.

A partir da paisagem e, principalmente, da análise sobre as formas de uso e ocupação dos solos que ela expressa, pode-se analisar a produção do espaço e os problemas socioambientais que o compõem. Os impactos negativos produzidos integram a configuração do espaço em seu movimento de acumulação histórica a partir das ações dos diferentes grupos sociais, refletindo a estrutura social e o cotidiano das classes sociais mais vulneráveis. Aprofundar a diferenciação e a relação entre paisagem e espaço, é, pois, uma condição teórica para a melhor compreensão dos problemas socioambientais existentes no rio Capibaribe na cidade de Limoeiro.

A paisagem expressa as diferentes temporalidades através da união entre o novo e o velho, pois une os elementos do presente e do passado. O espaço<sup>3</sup>, por sua vez, é sempre um presente, uma construção horizontal (SANTOS, 2006.). Cada paisagem é fruto da distribuição de formas-objeto com conteúdo e processos técnicos específicos. O espaço é consequência dos significados atribuídos pela sociedade a estas formas-objetos.

Nos rios que incisam cidades, as marcas inseridas ou substituídas pelas atividades humanas não apenas transformam o espaço em sua base natural e, sobretudo, em seu arranjo social, como inscrevem novos arranjos na paisagem. Muitas dessas intermediações, como a obstrução de rios, impermeabilização

---

3 Para Santos (2006), o espaço é a síntese provisória e constantemente renovada das contradições e da dialética dos agentes sociais. Trata-se “de um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (ibid., p. 39).

de solos, despejo de esgotos sem tratamento, remoção da vegetação ciliar, entre outros, materializam-se como processos de degradação, acarretando impactos negativos que podem atingir direta ou indiretamente às populações residentes nas margens de rios. As classes sociais de baixa renda são as mais atingidas pelos problemas socioambientais resultantes, enquanto as classes ricas se esquivam dessas situações, mantendo um sistema social indiferente às ameaças. Apesar de estarem ocupando esses espaços, as populações mais pobres são as que menos têm força de decisão para a redução dos problemas.

Santos (Ibid., p. 67) enfatiza que “o espaço uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem”. O espaço é a sociedade, e a paisagem também o é. “A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém, coexistindo com o atual” (Ibid., p. 67). No espaço, essas formas preenchem no momento atual, uma função atual, em resposta às necessidades atuais da sociedade.

Dentre as várias formas históricas que compõem o espaço, só as mais recentes foram criadas pelas sociedades atuais. Enfim, paisagem e espaço seriam espécies de palimpsestos<sup>4</sup>. As transformações das paisagens locais articulam-se, todavia, com ações advindas de outros lugares. Sobretudo

hoje, as ações que produzem o espaço, quase sempre, não surgem nos lugares que demandam suas transformações.

A sociedade em seus movimentos é responsável pela mudança dos conteúdos das formas componentes do espaço. Elas, por adquirirem uma vida a partir do movimento social, participam, dialeticamente com a Sociedade, da produção do espaço. Nesse sentido, o caráter de palimpsesto transforma a paisagem em precioso instrumento de trabalho, pois essa imagem imobilizada de uma vez por todas permite viver as etapas do passado numa perspectiva de conjunto (SANTOS, op. cit.). Por isso, toma-se a definição de Corrêa (2010, p. 289) para o qual a paisagem é “um conjunto de formas materiais dispostas e articuladas entre si no espaço como os campos, as cercas vivas, os caminhos, a casa, a igreja, entre outras, com seus estilos e cores, resultante da ação transformadora do homem sobre a natureza”.

Os problemas socioambientais em rios não são um dado definitivo do espaço, tampouco da paisagem, mas indicam e compõem as etapas passadas e presente da produção ininterrupta do espaço. Dialeticamente, a sociedade continua sua evolução consorciada ao espaço que se transforma, conforme os significados que a sociedade atribuem e às ações que esta imprime no espaço.

Os problemas socioambientais<sup>5</sup> se dão a medida de como o espaço é (re) produzido, conforme a atuação mais ou menos transformadora dos vários agentes sociais que atuam de maneira integrada, promovendo processos de transformação que qualificam

---

4 Em sentido geral, palimpsesto é uma espécie de pergaminho no qual é possível se reescrever, isto é, dar novo texto, inserir novo conteúdo, depois de raspado (XIMENES, 2001). Em sua aplicação geográfica, Santos (2006, p. 67) utiliza o termo com o intuito de qualificar o espaço e a paisagem “onde mediante acumulações, as ações das diferentes gerações se superpõem”.

---

5 Os problemas socioambientais são todos “aqueles que afetam negativamente a qualidade de vida dos indivíduos no contexto de sua interação com o espaço, seja o espaço natural, seja o espaço social” (SOUZA, 2000, p. 117).

o caráter de reprodução constante do espaço. A paisagem ilustra essas transformações. A mitigação dos problemas socioambientais é uma possibilidade frente a tantos outros processos, inclusive, sua manutenção. Os delineamentos ficam sob as tensões entre classes sociais que dividem aqueles que sofrerão com os problemas daqueles que lucrarão.

### **Caracterização da ocupação e uso dos solos de várzea e do rio Capibaribe: a expansão dos problemas socioambientais a partir de recortes de paisagem na cidade de Limoeiro (PE)**

Limoeiro é um dos vinte e seis municípios com a cidade (Figura 1) na área drenada pela bacia hidrográfica do Capibaribe e tem como principais usos do solo ligados às margens e ao rio Capibaribe, atualmente, o abastecimento da sede municipal<sup>6</sup> e a recepção do esgotamento sanitário da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO, 2006) pelo mesmo rio que é utilizado para o abastecimento urbano, o que em primeiro momento, já se põe como um quadro paradoxal.

Esta grotesca contradição pode ser explicada pelo processo de produção do espaço da cidade de Limoeiro, o que inclui as margens do rio Capibaribe, as formas de ocupação e uso dos solos empreendidos historicamente e os impactos gerados. O rio Capibaribe é um dos principais elementos na paisagem dessa cidade. Além disso, é a principal fonte natural de abastecimento

urbano atualmente, tendo sido até o início da década de 1970, uma das principais fontes de água para a agricultura algodoeira, a pecuária bovina, sem contar as atividades de lazer da população desse lugar.

A formação dessa cidade compreende diferentes modos de ocupação e uso dos solos em conformidade ao sistema econômico social de cada época da produção do espaço. A poluição atual do rio Capibaribe e os demais impactos materializados em suas margens datam de diferentes momentos da produção deste espaço. O rio Capibaribe já foi considerado fundamental a sobrevivência de muitos grupos, como pescadores e pequenos agricultores. Todavia, as alterações registradas com a substituição da vegetação ciliar e o adensamento de formas urbanas de uso do solo, degradaram o rio e retiraram das margens, as qualidades naturais como a de, a partir do preparo dos solos de várzea para agricultura, ser meio a produção de alimentos às populações locais (VILAÇA, 1971). Esse processo pode ser explicado pela intensa urbanização a partir da segunda metade do século XX, em especial na década de 1970, com a instalação de áreas residenciais, comerciais e industriais às margens do Capibaribe (ARAGÃO, 2013). A transformação do substrato natural remete, porém, a processos de ocupação anteriores ligados ao uso agrícola dos solos, especialmente para produção de algodão e criação de gado, além do cultivo de cana de açúcar e pastagem nas margens fluviais.

Disposta ao longo do Capibaribe, a cidade de Limoeiro está intimamente relacionada ao rio. Ao longo da (re) produção de seu espaço, impactos ambientais foram gerados, como o assoreamento do leito ou a intensificação do escoamento superficial mediante a intensa impermeabilização dos

---

6 O abastecimento da sede municipal se dá através do bombeamento das águas do rio Capibaribe em um ponto mais a jusante da cidade de Limoeiro, situado no município de Carpina, à leste de Limoeiro, microrregião da Mata Norte do Estado de Pernambuco.



solos. Hoje, as margens do rio Capibaribe encontram-se totalmente artificializadas. Nelas, é possível observar ruas traçadas paralelamente ao rio, casas, armazéns, lojas comerciais, indústrias, centros laboratoriais, prédios públicos, pontes que cruzam o rio Capibaribe e ligam uma margem a outra, estabelecimentos agrícolas e toda população que utiliza essas formas, circula e dá dinâmica a esse espaço e demanda energia e, cada vez mais, produz resíduos

destinados direta e indiretamente ao rio e suas margens.

A formação da cidade ocorreu a partir da atuação da Igreja Católica mediada pelos padres jesuítas na catequização dos indígenas. O uso agrícola dos solos entre a serra do Cristo Redentor (Figura 2) e a margem esquerda do rio Capibaribe é uma das primeiras atividades implementadas no espaço sobre o qual está a cidade atualmente (VILAÇA, 1971).

Figura 1 – A cidade de Limoeiro às margens do rio Capibaribe - Pernambuco



Fonte: Almir (2010).

Nota: Na imagem, fica visível o grau de ocupação das margens, processo intensificado a partir da segunda metade do século XX.

Figura 2 - Localização do núcleo genético da cidade de Limoeiro entre a vertente sul da Serra do Cristo Redentor e a margem esquerda do rio Capibaribe



Fotografia: Autor (2010).

Segundo Vilaça (op. cit.), a atuação dos padres jesuítas foi importante fator para consolidação daquilo que seria mais tarde o núcleo genético da cidade, isto é, o espaço de onde se originou a cidade de Limoeiro, pois foi a partir da atuação desses que os primeiros aldeamentos foram criados ali, constituindo posteriormente um núcleo urbano voltado ao comércio de produtos artesanais e ponto de passagem de comerciantes entre a capital, Recife, e o Agreste do estado. Vilaça (1973) também descreve a qualidade dos solos às margens do rio Capibaribe para o desenvolvimento das atividades que formariam o primeiro sistema econômico social implantado baseado na exploração do algodão e na

criação de gado, bem como alude a divisão do trabalho. Vilaça (1971) comenta

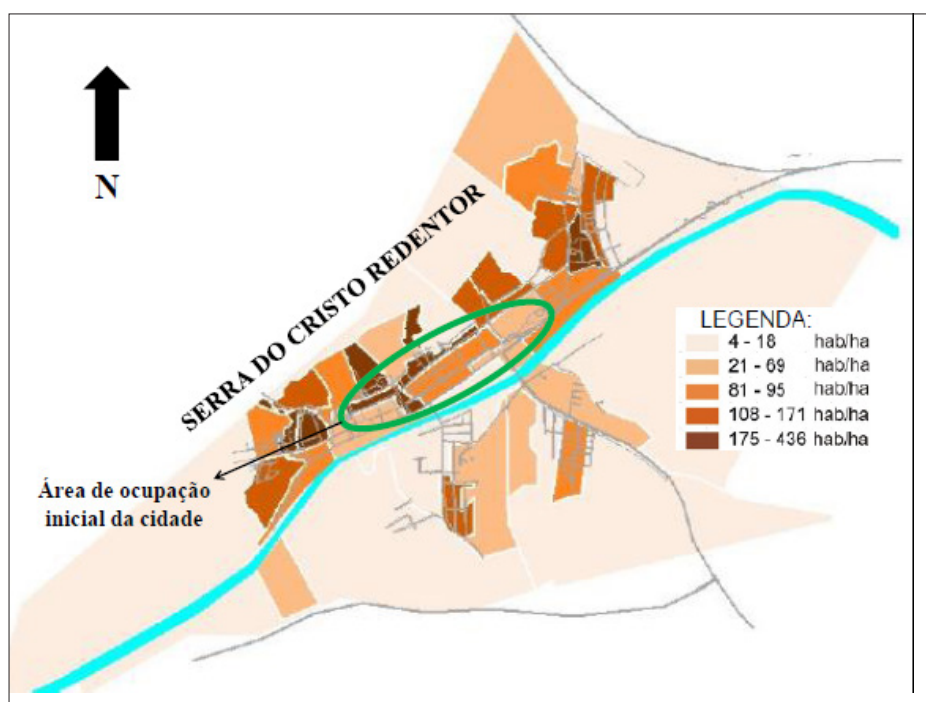
As terras de Limoeiro são mais terras de criação que de agricultura. Não uma criação opilada, de gado crioulo, de pouco rendimento, muito comedor, em contraposição a um rebanho selecionado, que, com a mesma ração, dá peso dobrado. A agricultura continua desassistida. Só planta quem não tem um biscate, um subemprego qualquer como ocupação. Quem pode, ou é medianamente inteligente, foge da atividade rural. As terras não dão nada, pobres de elementos orgânicos, ácidas submissas a regimes pluviométricos irregulares, sem falar nas oscilações do mercado, ainda dominado por armazenistas, os que mais lucram do suor de quem limpa mato no cabo da enxada. (Ibid., p. 160)



A área da qual se originou a cidade é atualmente a de maior densidade demográfica com médias de 436 hab./km<sup>2</sup> nos setores censitários do IBGE (Figura 3). Esse fato, porém é bem mais recente, pois resulta da grande transformação que esse espaço

passa a partir da década de 1970, à medida que grandes contingentes populacionais passam a se instalar entre as áreas mais inclinadas da serra do Cristo Redentor e a margem esquerda do Capibaribe, na busca de melhores condições de vida na cidade.

Figura 3 - Densidade populacional no centro urbano de Limoeiro a partir da malha de setores censitários urbanos às margens do rio Capibaribe



Fonte: Plano Diretor de Limoeiro (2006).

Nota: As áreas de maior densidade localizam-se no setor de ocupação inicial da cidade e nas suas adjacências.

A produção do espaço da cidade reflete as mudanças que o rio Capibaribe e suas margens sofreram com o tempo. As marcas deixadas ao longo do tempo nas margens do Capibaribe pelas relações socioeconômicas nele estabelecidas, todavia, não aparecem no discurso historicamente produzido, sendo uma lacuna a evolução dos problemas socioambientais existentes a esse curso

d'água<sup>7</sup>. A carência de informações sobre a primeira metade do século XX na região tornou mais ousada a tarefa de revisitar

<sup>7</sup> A leitura das obras de autores locais como Vilaça (1973) e o levantamento de fotos e depoimentos com antigos moradores do lugar, foram fundamentais para a releitura do processo de construção do espaço "às" e "das" margens do rio Capibaribe no centro urbano de Limoeiro.

o passado das sociedades habitantes das margens do Capibaribe.

Em Limoeiro, as formas de uso e ocupação empreendidas às margens do rio Capibaribe constituem um exemplo à realidade urbana brasileira. As áreas próximas ao rio foram inicialmente ocupadas com usos rurais, seja para fins agrícolas, com o cultivo do algodão e da cana de açúcar, seja para criação de gado em extensão, o que inicia um processo intenso de substituição das matas ciliares.

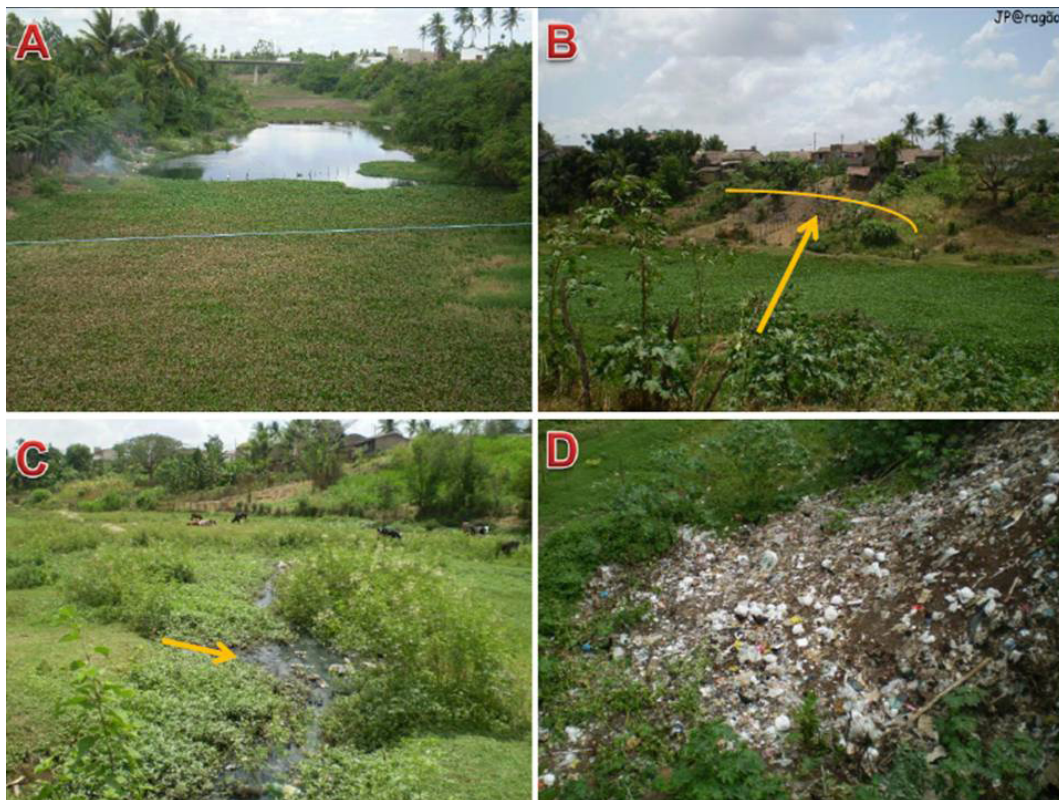
Esse quadro recebe um grau de complexidade a partir da década de 1970, quando em nível local é intensificado o processo de urbanização e novos usos do solo como a expansão de pontos industriais e comerciais é materializada. Eventualmente banhadas por enchentes, as margens do rio Capibaribe também passam pela mercadorização do setor imobiliário que através de práticas de valorização – desvalorização dessas áreas impõe um processo de segregação espacial, nitidamente confuso, uma vez que interpõem às margens do rio Capibaribe, áreas de grande valorização como o centro comercial e bancário dispostos ao longo da Avenida Santo Antônio e Rua da Matriz, combinados a áreas desvalorizadas como a rua da Barriguda, situada na margem esquerda do Capibaribe.

Como consequência da crescente urbanização, as áreas ribeirinhas sem

valor ao capital imobiliário tornaram-se alternativas ao uso e ocupação das classes de baixa renda. Elas se consolidaram nas margens do rio Capibaribe em espaços relegados pelo capital imobiliário movidas pela necessidade material de moradia e pela busca por condições de sobrevivência na cidade.

Em consonância ao processo de ocupação urbana do solo, realizado tanto nas áreas valorizadas como nas áreas desvalorizadas, muitos problemas socioambientais passaram a coexistir com as populações residentes. A análise de recortes da paisagem atual (Figura 4) do rio revela a incidência de graves problemas como a poluição das águas do rio Capibaribe que é utilizado para abastecimento da cidade através do bombeamento de suas águas a jusante de Limoeiro, no município de Carpina; a segregação espacial de comunidades como a residente na rua da “Barriguda”; a vulnerabilidade das edificações, incluindo residências e prédios patrimoniais, que compõem a rua da Matriz, a Pirauira e avenida Capibaribe, entre outras, às enchentes periódicas do rio Capibaribe; e a disseminação de doenças como a esquistossomose provocadas pela contaminação fecal das águas fluviais pelo caramujo, além do lançamento indevido da rede de esgotos que se misturam a água da chuva acumulada nas ruas próximas ao rio pelo entupimento do sistema de drenagem.

Figura 4 - Problemas socioambientais na cidade de Limoeiro (PE)



Fotografia: Autor (2012).

Nota: Na imagem “A” cobertura de baroneras sobre as águas do rio Capibaribe como consequência da eutrofização; em “B” residências de famílias de baixa renda na Avenida Capibaribe ocupam áreas desvalorizadas pelo capital imobiliário vulneráveis às enchentes do rio Capibaribe em sua margem direita; Em “C” é a presença de esgotos no leito do Capibaribe, período de estiagem; e em “D” a disposição de lixo sobre a margem esquerda do curso fluvial.

A análise da paisagem atual indica os componentes da dinâmica espacial, bem como mostra as ações e objetos que compõem a estrutura socioeconômica na cidade de Limoeiro. O rio Capibaribe, apesar de fundamental ao abastecimento da população limoeirense, vem sendo impactado com a intensificação de atividades como o comércio e a indústria, bem como as práticas de despejo indevido de lixo da própria população. Esse processo é registrado na paisagem atual que guarda marcas de diferentes épocas como as pequenas propriedades agrícolas da primeira metade do século XX às margens

do Capibaribe e as casas construídas nas encostas fluviais ainda a partir da década de 1980, em áreas desvalorizadas pelo capital imobiliário.

A ocupação e transformação das margens e do rio Capibaribe encontra-se ligada à lógica de produção e acumulação do capital e comprova a operação historicamente estabelecida pelos agentes capitalistas locais, isto é, fazendeiros, agentes imobiliários, loteadores e firmas comerciais e indústrias, além da conivência do Estado, seja em termos de políticas sociais, seja a partir da ausência de instrumentos de gestão, perante

as contradições socioespaciais e os problemas socioambientais tais como o aumento do número de famílias vulneráveis às enchentes naturais do Capibaribe.

### **As diretrizes do Plano Diretor de Limoeiro para o quadro socioambiental das margens e do rio Capibaribe**

Considerando o texto integral do Plano Diretor, não existem menções suficientes às implicações históricas, políticas, econômicas e culturais da formação da cidade. O texto também apresenta incoerências e relações sem nexos como no fragmento abaixo, quando se cita a região do alto Capibaribe, quando Limoeiro encontra-se no médio curso do rio Capibaribe.

O Plano Diretor de Limoeiro (2006, p. 69) apresenta diretrizes para o tratamento dos recursos hídricos locais com fins ao desenvolvimento municipal. No subitem “Recuperação e conservação dos recursos hídricos” é postulada a seguinte premissa:

Deve-se atentar também para os cuidados essenciais que os recursos hídricos estão a merecer, já que o município é detentor de espaços tributários de duas bacias - do Rio Capibaribe e do Rio Goiana. Em ambos os casos, os rios são circundados ou têm suas margens e bacias ocupadas por atividades agropastoris. Trata-se da prevenção em favor da sustentabilidade e pela busca de cuidados específicos para estas bacias, pela situação altamente antropizada e o nível de degradação em que já se encontra a vegetação, particularmente, na parte da bacia do alto Capibaribe. É o caso de estender também estas medidas à toda a bacia do Rio Capibaribe e de seus tributários (dentro do município de Limoeiro), alcançando, entre outros, o Rio Cotunguba.

Questiona-se em que nível de desenvolvimento estariam as atividades colocadas como de “prevenção em favor da sustentabilidade” e de “busca de cuidados específicos”? Além disso, quais seriam as atividades realizadas, sobretudo, no trecho em que às margens do rio Capibaribe encontra-se a cidade de Limoeiro, onde os índices de poluição são consideráveis, ainda mais ao avaliar a incidência de outras problemáticas como a precária infraestrutura urbana, a poluição do rio por efluentes domésticos e hospitalares, a proliferação de doenças causadas por vetores e pela contaminação da água do rio, além da vulnerabilidade da população ribeirinha nos períodos de enchentes.

O conteúdo centraliza as atenções sobre a problemática da vegetação que, bastante antropizada, merece atenções e “cuidados essenciais”. Para esse problema, é disposto o “repopoamento vegetal massivo” e o “monitoramento em bases permanentes” das margens dos cursos d’água citados, dentre eles, o rio Capibaribe. Não há uma visão completa dos problemas enfrentados, tampouco o reconhecimento dos agentes que tem contribuído de modo significativo para a transformação da paisagem e a reprodução do espaço, gerando impactos negativos.

A criação de órgão ambiental gestor é discutida quando na disposição das diretrizes gerais do plano. No Subitem V, almeja-se “simplificar as normas de controle urbano e ambiental, no intuito de facilitar a aplicação das mesmas e estruturar o órgão responsável pela gestão urbana e ambiental municipal, a fim de disciplinar e controlar o desenvolvimento urbano” (PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO, 2006. p. 72-73). No subitem X destaca-se como meta “promover o controle urbano e ambiental”.



Apesar das metas estabelecidas, presencia-se na realidade a inexistência de ações concretas e permanentes. Na esfera da gestão, ainda hoje, não se encontra de maneira formal a existência de um órgão de gestão ambiental responsável pela discussão e acompanhamento das propostas estabelecidas no Plano Diretor. Além disso, o Plano Diretor do município não dispõe nem fornece bases para a regulamentação de etapas para formação do órgão ambiental municipal.

### **As linhas de ação do Plano Diretor de Limoeiro e o rio Capibaribe**

As linhas de ações estabelecidas pelo Plano Diretor de Limoeiro incluem em suas temáticas o rio Capibaribe e as questões de gestão e infraestrutura. Sobre a última, destaca-se a proposta de apoio a reformulação do sistema de abastecimento de água da cidade, a partir da adutora da barragem de Carpina, abastecida pelo rio Capibaribe. A criação de elementos para saneamento ambiental que incluam a reestruturação do sistema de esgotamento sanitário também é interposta. O tratamento de resíduos sólidos a nível municipal não enfatiza o lixo disposto indevidamente nas margens do rio Capibaribe, mas objetiva o tratamento, reciclagem e coleta seletiva, conforme criação de normas ambientais asseguradas nas consultas a órgãos federais e estaduais competentes.

No quesito habitação é proposta a melhoria das unidades residenciais a partir da construção de instalações sanitárias domiciliares, para atendimento em especial da população de baixa renda. Já no quesito estrutura viária, chama à atenção as diretrizes de construção de novas pontes sobre o rio

Capibaribe que teriam como finalidade a expansão da área de atuação do comércio e criação de espaços para instalação de indústrias.

Em nenhuma dessas linhas ocorre a descrição das etapas, o que confere ao documento um grau de superficialidade que limita a proposta. Trata-se, aparentemente, de um conjunto de ideais sem a força teórica e viabilidade prática para reorganizar o espaço a benefício das classes mais vulneráveis aos problemas socioambientais do rio Capibaribe. As medidas não permitem a construção de um cenário de mudanças materiais positivas à população residente às margens desse rio, tampouco, expressa uma materialização de ações com poder de transformação estrutural da realidade analisada.

No item “Gestão Urbana e Ambiental” a melhoria das condições socioambientais do rio e das margens do Capibaribe é postulada com as seguintes estratégias:

1. Estruturar órgão gestor do controle urbano e ambiental municipal, a fim de dar condições de análise, aprovação de projetos, fiscalização urbana e controle urbanístico, definindo processos, prazos e procedimentos internos;
2. recuperar e conservar os recursos hídricos;
3. apoiar as ações do comitê de bacia do rio Capibaribe;
4. Promover a educação ambiental nas escolas;
5. criar Ouvidoria Municipal, e;
6. promover a utilização das margens ribeirinhas urbanas do rio Capibaribe como parques com passeio e área de lazer público (PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO 2006, p. 75-76).

Historicamente, as questões ambientais do município não vêm sendo alvo das preocupações dos governos locais. Ao longo do processo histórico desse lugar, tem-se enfatizado o crescimento e gerenciamento de atividades econômicas que limitam o desenvolvimento e camuflam em índices estatísticos as reais fragmentações do processo administrativo seja do substrato natural do rio Capibaribe, seja das populações ocupantes de suas margens. Ainda que presentes no Plano Diretor, as estratégias mencionadas não tem contribuído para melhoria do quadro apresentado.

O desenrolar do século XX demonstrou que, apesar das mudanças das bases política, com a queda do coronelismo, e econômica, com a ascensão do setor de comércio e serviços locais, as formas de acumulação pelas classes privilegiadas locais foram readaptadas, trajando com novas formas o sistema de controle do capital. Essa flexibilidade sociometabólica é dialeticamente produzida pelas relações sociais e econômicas desenvolvidas pelos agentes da história que encontra sua materialidade ou realização no lugar (MESZÁROS, 2002). Esse aspecto reflete a forma de organização da política e economia urbana pela sociedade capitalista, especialmente, os grupos que comandam as formas de ocupação e uso dos solos urbanos, e os modos de expropriação do ambiente.

A paisagem do rio Capibaribe ilustra a situação e permite constatar que o quadro de gestão, representado pelas práticas existentes ou não das diretrizes de seu Plano Diretor, não tem produzido melhorias suficientes ao atendimento básico da população limoeirense. A classe trabalhadora e mais pobre tem sido a mais afetada pela inobservância das metas propostas no documento, a partir de seu afastamento da esfera de decisões

legais e da política urbana no que tange à recuperação das margens e do rio Capibaribe e na melhoria dos serviços urbanos, como o saneamento ambiental e a saúde.

As bases legais representadas no município pelo Plano Diretor, legislação ambiental interposta em capítulo específico da lei Orgânica e pela iniciação da agenda 21 local (MUNIC, 2002) não tem alcançado a garantia dos direitos básicos da população, tampouco, os direitos internacionalmente, como saneamento ambiental e segurança a situações de risco, reconhecidos em documentos como a Declaração dos Direitos Universais da ONU de 1948, o Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais de 1966 e a Declaração de Assentamentos Humanos de Vancouver de 1976<sup>8</sup>.

O acompanhamento dos problemas enfrentados por um grupo limitado de pessoas tem alcançado novas expectativas com a atuação de agentes como a ONG, Amatur - Sociedade de Apoio ao Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Limoeiro- e projetos da Secretaria Municipal de Educação sobre Educação Ambiental. Todavia, essas ações não têm contemplado mudanças significativas na gestão e muito menos na realidade do rio e das margens do Capibaribe, dado seu caráter pontual ou, pouco difundido entre as ações materiais do Poder Público.

---

8 Esses documentos tem em comum o fato de terem o Brasil como país que assinou os pactos; são instrumentos de exigibilidade e, portanto, possibilitam a realização de ações sociais, jurídicas e políticas para exigir o cumprimento de direitos; e, são ferramentas de garantia ao meio ambiente equilibrado, acesso a terra e a equipamentos urbanos, como saneamento ambiental, estrutura viária, áreas de lazer, etc., de qualidade.

## Considerações Finais

O Plano Diretor Municipal de Limoeiro não tem sido suficiente para nortear às mudanças fundamentais a melhoria das condições socioambientais do rio Capibaribe e da qualidade de vida população residente às margens. Esse instrumento não tem sido aplicado com a perspectiva de mudança e têm perecido ante outras prioridades, definidas pelos grupos sociais hegemônicos. Além disso, sua desarticulação com as ações propostas pelo Estado e pelo desinteresse dos principais agentes econômicos da cidade o diminui a um compêndio de propostas, até o momento, inaplicáveis.

A busca por alternativas que, até agora, demonstram-se inviáveis deve ser mantida, posto a urgência de ações transformadoras da realidade, com novos agentes sociais,

dinâmica que, se não evidenciada pela configuração da paisagem atual do rio Capibaribe, é por ela aparentemente descrita. O arranjo dessa paisagem revela a coexistência de formas atuais e pretéritas que indicam a perpetuação de conflitos históricos quanto ao uso e ocupação das margens do rio Capibaribe. Como elementos desse processo dialético, os problemas socioambientais vêm tendo uma dimensão cada vez maior, afetando as parcelas mais vulneráveis da população, e materializando um quadro de gravíssima desigualdade socioespacial. Acredita-se que a mudança desse quadro não se limita à reforma ou criação de novos instrumentos de gestão, mas passa pelo próprio contexto em que a história se dá, pela revisão e transformação dos papéis desempenhados pelos atores locais na produção do espaço.

## Referências

AGÊNCIA PERNAMBUCANA DE ÁGUAS E CLIMAS. **Bacias hidrográficas:** rio Capibaribe. Disponível em: <[http://www.apac.pe.gov.br/pagina.php?page\\_id=5&subpage\\_id=14](http://www.apac.pe.gov.br/pagina.php?page_id=5&subpage_id=14)>. Acesso em: 12 maio 2012.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

ESTATUTO DAS CIDADES. Lei No 10.257, de 10 de julho de 2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)>. Acesso em: 10 maio 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Primeiros dados do Censo 2010.** DADOS: Pernambuco. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Perfil dos municípios brasileiros.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/munic\\_meio\\_ambiente\\_2002](http://www.ibge.gov.br/munic_meio_ambiente_2002)>. Acesso em: 12 maio 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital:** rumo a uma teoria da transição. Campinas: Unicamp, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. **Plano Diretor de Limoeiro**. Limoeiro: Sintaxe Consultoria, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Bacia hidrográfica do rio Capibaribe**. Disponível em: <<http://www.srhe.pe.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2012.

SOUZA, M. L. de. **O desafio metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VILAÇA, A. **Histórias que Limoeiro conta**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 1971.

\_\_\_\_\_. **À sombra de dois pinheiros**. Rio de Janeiro: Cooperativa de Limoeiro, 1973.